ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ nº 14.370.342/0001-08 – NIRE 35.300.413.270

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.11.2023

Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob o número 64.067/24-5, em 14.2.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

XS6 Assistência S.A.

CNPJ nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Fevereiro de 2024

1. Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 08 do mês de fevereiro de 2024, às 09:00h, por videoconferência. **2. Convocação:** Convocação enviada por correio eletrônico aos membros do Conselho de Administração da XS6 Assistência S.A ("Companhia") no dia 01 de fevereiro de 2024, às 16:40h. **3. Presença:** Manifestaram-se os Srs. Gibran Vega Marona, Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, André Cimerman, João Carlos Armesto, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça e Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Gibran Vega Marona, Presidente do Conselho, e secretariados pela Sra. Patrícia Santana, secretária designada. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o Plano Anual de Negócios e o Orçamento Anual da Companhia - *Business Plan* 2024; (ii) o Regulamento da Auditoria Interna da Companhia; (iii) a criação e instalação do Comitê de Transações com Partes Relacionadas; (iv) a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia; e conhecer sobre (v) o Relatório da Diretoria Comercial - posição dezembro/2023; (vi) o Relatório da Diretoria Financeira e Administrativa - posição dezembro/2023; (vii) o Reporte das Atas das Reuniões da Diretoria Executiva e dos Comitês de Assessoramento - outubro, novembro e dezembro de 2023. **6. Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração resolveram: (i) aprovar o Plano Anual de Negócios e Orçamento Anual da Companhia - *Busines Plan* 2024, através do Relatório Executivo nº 062/2023 e anexos, apresentados pelo Diretor Financeiro e Administrativo, Sr. Carlos Eduardo da Costa Kamada. Os membros solicitaram que o próximo reporte do Relatório Financeiro contemple (a) o EBITDA com e sem a receita financeira; e (b) a visão de fluxo de caixa. Adicionalmente, o Presidente do Conselho sugeriu a elaboração de estudo sobre a eventual viabilidade de aceleração do reconhecimento das receitas dos produtos plurianuais em face da curva de sinistralidade. (ii) aprovar o Regulamento da Auditoria Interna da Companhia, através do Relatório Executivo nº 008/2024 e anexo, apresentados pela Gerente de Governança, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana e pelo Sr. Eduardo Kronenberg Glezer da empresa de auditoria Grant Thornton. (iii) aprovar a criação e instalação do Comitê de Transações com Partes Relacionadas, comitê de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme Relatório Executivo nº 009/2024 e anexos, apresentados pela Gerente de Governança, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana. (iv) aprovar a Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme Relatório Executivo nº 006/2024 e anexos, apresentados pela Gerente de Governança, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana. (v) conhecer o Relatório da Diretoria Comercial, posição dezembro de 2023, apresentado pela Diretora-Presidente, Sra. Cláudia Ramos de Oliveira. (vi) conhecer o Relatório da Diretoria Financeira e Administrativa, posição dezembro de 2023, apresentado pelo Diretor Financeiro e Administrativo, Sr. Carlos Eduardo da Costa Kamada. (vii) conhecer o reporte das atas das Reuniões da Diretoria Executiva e dos Comitês de Assessoramento, realizadas no período de outubro a dezembro/2023, apresentado pela Gerente de Governança, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana. O Vice-presidente do Conselho consignou como ponto de atenção o índice NPS referente ao contrato entre a XS6 Assistência e a XS3 Residencial e solicitou a apresentação de reporte da evolução do indicador e evolução das ações para conhecimento do Conselho de Administração. Por fim, encerrou reconhecendo e parabenizando a maturidade da Companhia com relação ao seu desempenho e governança. **Documentos:** Foram arquivados na sede da Companhia os documentos submetidos à apreciação desta Reunião do Conselho de Administração. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da reunião do Conselho de Administração da Companhia, sendo a presente ata lavrada em forma de sumário, a qual foi achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração. **Certidão:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Barueri, 08 de fevereiro de 2024. **Mesa: Gibran Vega Marona -** Presidente da Mesa; **Patrícia Santana -** Secretária designada. **JUCESP** nº 89.364/24-7 em 29/02/2024. Maria Cristina Frei - Secetária Geral.

ADL Investimentos S.A.

CNPJ nº 22.387.312/0001-32 - NIRE 35300532899

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

A acionista Leda Maria Barjas Baléche, CPF nº 578.997.388-49, detentora de 99% (noventa e nove por cento) do capital social, vem, pela presente e com fundamento na alínea "c" do parágrafo único do artigo 123 da Lei 6.404/76, **Convocar** os acionistas da ADL Investimentos S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 18 de março de 2024, às 14:00hs, em primeira convocação, e às 15:00hs com qualquer número de acionistas, de modo totalmente digital e, pois, por meio do sistema eletrônico identificado abaixo, a qual será integralmente gravada e permitirá a participação e a votação à distância mediante atuação remota, nos termos da Instrução Normativa número 81/2020 do Departamento Nacional de Registro empresarial e Integração ("IN DREI nº 81/2020"), e que para todos os efeitos será considerada como realizada na sede da Companhia, na Avenida Paulista, 807, conj.2315, em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, bairro Cerqueira Cesar, para tratarem da seguinte ordem do dia: (A) alteração do item 3 do Estatuto Social, cuja redação passará a ser a seguinte: "3 — A Companhia terá uma Diretoria composta de no mínimo um Diretor e no máximo 3 (três) Diretores, sem designação específica. Os Diretores serão pessoas naturais residentes ou não no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente. Findos normalmente, os mandatos pelo decurso do tempo, os Diretores permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. Exceto quando a Companhia tiver um Diretor, compete aos Diretores, quando forem em número de dois ou mais, assinarem sempre em conjunto sob pena de nulidade, representar a Companhia, em juízo e fora dele, realizando atos de administração objetivando a consecução do objeto social e as diretrizes da Assembleia Geral." (B) haja vista estarem vencidos desde 31.10.2021 os mandatos dos diretores Srs. Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, sem que qualquer providência tenha sido adotada para a regularização da representação societária como lhes competia na qualidade de administradores da Companhia, e, pois, em manifesta desídia de suas atribuições estatutárias e legais, eleger para ocupar o cargo de Diretora da Companhia pelo período de 3 (três) anos, nos termos do Estatuto social, a Sra Leda Maria Barjas Baléche, brasileira, viúva, aposentada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.858.150 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 578.997.388-49, residente e domiciliada na Rua Diego de Castilho, nº 500, apto. 71 – BL03, Morumbi, na Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo; (C) fixar a sua remuneração e a dos demais Diretores de vierem a ser eleitos para o período compreendido entre o dia da realização da Assembleia ora convocada e o da Assembleia Geral Ordinária de 2024; (D) apresentação pelos Srs Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldaram todos os aportes ao capital da Companhia ou ingressos de qualquer natureza quer pelos acionistas quer por terceiros, desde a transformação de seu tipo societário, de LTDA para S/A em 27.02.2019, até a data da realização da Assembleia ora convocada , (E) apresentação pelos Srs Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, de todos os contrato de empréstimo de qualquer importância em que a Companhia figure como mutuante ou como mutuária. Para os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as matérias objeto da ordem do dia da AGE, poderão estar presentes assessores devidamente convocados por e-mail ou por carta para tanto por qualquer dos acionistas, que deverão se cadastrar para participarem da AGE ora convocada conforme abaixo informado. Instruções Gerais: 1. Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar o documento de identificação e/ou o documento societário respectivo. Com relação à participação de acionista por meio de procurador, deverão ser observados os requisitos do artigo 126 da LSA. 2- Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 30 (trinta) minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: hlaw@hlaw.com.br, até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e **de** representação. O e-mail enviado com a solicitação e respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento. Os acionistas que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e da folha correspondente do Livro de Presença, os quais deverão ser firmados pelo Presidente e Secretário da mesa.3- Após o envio do e-mail pelo acionista com o seu documento ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instruções sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento. 4- Participação e voto a distância: As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se for o caso, serão entregues pelos acionistas na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para o e-mail mencionado acima, ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico. Os acionistas, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico acima mencionado. São Paulo, 04 de março de 2024. **Leda Maria Barjas Baléche. (05, 06 e 07/03/2024)**

Madeira Energia S.A. - MESA

CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41 - NIRE 35.300.346.866

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em **primeira convocação**, no dia **19 de março de 2024, às 10:00 horas**, **de forma exclusivamente digital,** nos termos do artigo 124, parágrafo 2º - A, da Lei Federal nº 6.404/76 e da Instrução Normativa n° 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI ("IN DREI n° 81"), através da Plataforma *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital") no *link* disponível no *website* https://ri.santoantonioenergia.com.br/age2024-madeiraenergia/, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a atualizar o valor do capital social, já objeto de aumentos de capital anteriores, e o número de ações que o compõe; (iii) alteração do número de membros e composição do Conselho de Administração com a consequente alteração do artigo 8º, e de seu parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia; (iv) alteração do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, para tornar o Conselho Fiscal não permanente; (v) consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações constantes dos itens (i), (ii), (iii) e (iv) desta Ordem do Dia; (vi) destituição de membros do Conselho de Administração da Companhia; (vii) designação de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (viii) instrução de voto da Companhia na condição de acionista da Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.391.823/0001-60, para tomar todas as providências cabíveis no sentido de aprovar as mesmas matérias constantes dos itens (i) a (vii) acima. **Instruções Gerais:** Os documentos que suportarão as deliberações estão disponibilizados a todos os acionistas no website https://ri.santoantonioenergia.com.br/age2024-madeiraenergia/, onde também estão disponíveis os boletins de voto a distância ("Boletim de Voto") para estas Assembleias Gerais. A Companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que assim solicitarem por escrito, por meio do endereço eletrônico abaixo indicado. **Instruções Gerais:** Os acionistas poderão optar pela participação (i) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim de Voto, que pode ser acessado no *website* citado acima; e (ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. Os acionistas deverão enviar eletronicamente à Companhia os documentos societários de comprovação de poderes de seu(s) representante(s) legal(is), acompanhados de documento de identidade com foto deste(s), e, se desejarem ser representados por procurador, deverão enviar os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, à Companhia. Em todos os casos, tais documentos deverão ser encaminhados por via eletrônica, sob a referência "Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária", com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização das Assembleias Gerais, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, no endereço eletrônico lucianavasconcellos@santoantonioenergia.com.br, respeitada, em qualquer caso, as disposições de que trata a Seção VIII do Anexo V da IN DREI nº 81 a respeito das sociedades anônimas.

São Paulo, 1º de março de 2024

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA

SOLANGE MENDES GERALDO RAGAZI DAVID - Presidente do Conselho de Administração (em exercício)

MOINHO PROGRESSO S/A

CNPJ: 60.866.688/0001-19

Relatório da Diretoria

Em atendimento as determinações legais e estatutárias, apresentamos-lhes o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerações: A continuidade das obras de manutenção e recuperação seguem conforme planificado, assim como o processo de regularização junto a Prefeitura (anistia). Os cortes nos custos e despesas atenderam os objetivos fixados, mesmo com a alta geral nos preços de material e mão de obra no ano de 2023. Em parte absorvido pelo prejuízo acumulado, o lucro obtido no exercício fiscal restou positivo (informações complementares nas notas explicativas). Ficamos à disposição de V. s. as., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessário. São Paulo 06 de março de 2024.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de reais - R$)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulantes		**2.872**	**2.313**	**Circulantes**		**685**	**447**
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.710	2.176	Fornecedores	8	169	119
Contas a receber de clientes	4	-	7	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	85	75
Outros ativos	5	162	130	Obrigações tributárias	11	47	74
Não Circulantes		**154.610**	**154.426**	Outros passivos	9	384	179
Outros ativos -2	5	61	61	**Não Circulantes**		**2.619**	**4.137**
Investimentos	6	149.394	149.394	Outros passivos	9	2.619	4.137
Imobilizado	7	5.155	4.971	**Patrimônio Líquido**		**154.178**	**152.155**
				Capital social integralizado	12	23.500	23.500
				Reserva de Lucros	12	208	-
				Ações em Tesouraria	12	(15.310)	(15.310)
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	12	145.780	145.780
				Prejuízos acumulados		-	(1.815)
Total dos Ativos		**157.482**	**156.739**	**Total dos Passivos e Patrimônio Líquido**		**157.482**	**156.739**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para Os Exercícios Findos Em 31 De Dezembro De 2023 E De 2022

(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros e Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**23.500**	**132**	**-**	**145.780**	**(15.310)**	**(2.256)**	**151.846**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	318	318
Absorção da reserva legal	-	(132)	-	-	-	132	-
Ajuste exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**23.500**	**-**	**-**	**145.780**	**(15.310)**	**(1.815)**	**152.155**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.103	2.103
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(126)	(126)
Destinação reserva de lucros	-	-	208	-	-	(208)	-
Ajuste exercícios anteriores	-	-	-	-	-	46	46
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**23.500**	**-**	**208**	**145.780**	**(15.310)**	**-**	**154.178**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta de Vendas de Serviços e de Mercadorias	**4.990**	**4.518**
Impostos sobre receita	(454)	(443)
Receita Líquida	**4.536**	**4.075**
Custos dos serviços e mercadorias vendidos	-	(952)
Lucro Bruto	**4.536**	**3.123**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(3.843)	(2.101)
Perda no recebimento de crédito	-	(1.707)
Outras (despesas) receitas operacionais	221	(110)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	**914**	**(795)**
Resultado financeiro	1.814	1.181
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**2.728**	**386**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(625)	(68)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**2.103**	**318**
Quantidade de ações (excluídas ações em tesouraria)	1.733.900	1.733.900
Lucro por ação	1,21	0,18

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.103	318
Ajustes em:		
Ajustes de exercicios anteriores	46	(9)
Juros passivos	208	457
Depreciação e amortização	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	7	(6)
Outros ativos	(32)	1.624
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	50	49
Obrigações trabalhistas e previdenciária	10	34
Obrigações tributárias	(27)	68
Outros passivos	79	540
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	2.444	3.075
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos em investimentos	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Amortização de dívida compra ações em tesouraria	(1.726)	(2.125)
Aquisição imobilizado	(184)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(1.910)	(2.125)
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**534**	**950**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.176	1.226
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.710	2.176
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**534**	**950**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Moinho Progresso S/A ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, Capital, constituída em 19/07/1966 como Indústria de produtos alimentares, beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares de origem vegetal inclusive acondicionamento e embalagem. Atualmente as atividades de moagem estão paralisadas e as operações que geram receitas estão concentradas na administração e locação de imóveis próprios e na compra e venda de imóveis. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares Reais e representam a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31/12/2023, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: (a) Base de apresentação - As demonstrações contábeis foram elaboradas pela empresa de acordo com o CPC Pequenas e Médias Empresas (PMEs), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **(b) Caixa e equivalentes de caixa -** Os caixas e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consideramos equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, de acordo com o CPC 03. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **(c) Contas a receber -** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo de acordo com as condições contratadas e ajustados pelo montante estimado de eventuais perdas e esperadas. **(d) Imobilizado -** o ativo imobilizado é avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. **(e) Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **(f) Reconhecimento de receita -** uma receita é reconhecida na extensão em que transfere o controle dos bens e serviços para o cliente e a mensura a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **(g) Reconhecimento de resultados -** As receitas financeiras, os custos e as despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. **(h) Instrumentos financeiros -** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **(i) Imposto de Renda e Contribuição Social -** A Sociedade opta por pagar seu imposto de renda e contribuição social através do lucro real, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos em moeda local	129	361
Aplicações financeiras	2.581	1.815
Total	**2.710**	**2.176**

Aplicações financeiras: As aplicações em certificados de depósitos bancários realizadas com acordo de livre movimentação e liquidez imediata são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

4. Contas a Receber	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	-	7
Total	**-**	**7**

5. Outros Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Adiantamentos a funcionários	3	3
Adiantamentos a fornecedores	39	26
Tributos a recuperar	117	52
Despesas antecipadas	3	49
Total	**162**	**130**
Não circulante		
Depósitos judiciais	61	61
Total	**61**	**61**

6. Investimentos	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos		
Participações	20	20
Total	**20**	**20**
Imóveis para Investimento		
Imóveis	2.153	2.153
Terrenos	1.441	1.441
AVP Imóveis	43.430	43.430
AVP Terrenos	102.350	102.350
Total	149.374	149.374
Total	**149.394**	**149.394**

7. Imobilizado	31/12/2023	31/12/2022
Bens		
Imóveis	2.715	2.715
Terrenos	2.030	2.030
Equip. informática	35	10
Veículos	375	216
Total	**5.155**	**4.971**

8. Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores gerais	169	119
Total	**169**	**119**

9. Outros Passivos		
Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos	205	160
Contas a pagar	40	2
Outros passivos	13	17
Dividendos a pagar	126	-
Total Contas a Pagar Circulante	**384**	**179**
Não Circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Valores a apropriar	773	773
Débitos compra ações de tesouraria	1.846	3.364
Total Contas a Pagar Não Circulante	**2.619**	**4.137**

10. Obrigações Trabalhistas e Previdenciária	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para férias e encargos	29	29
Encargos da folha de pagamento	56	46
Total	**85**	**75**

11. Obrigações Tributárias	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	7	6
COFINS a recolher	34	29
ISS a recolher	1	1
IRPJ a recolher	-	23
CSL a recolher	-	11
Outros	5	4
Total	**47**	**74**

12. Patrimônio Líquido: Capital social: O capital social é de R$ 23.500.000,00 dividido em 2.000.000 ações ordinárias nominativas. **Ações em tesouraria:** A empresa mantém 266.100 ações próprias, ordinárias e nominativas, o que corresponde a 13% do total de 2.000.000 de ações. O valor dessas ações é de R$ 15.310.000,00. Destinação do lucro do exercício - No exercício atual, o lucro totalizou R$ 2.103.053,36. A distribuição desse montante segue as seguintes destinações: Dividendos aos Sócios: Um valor de R$ 126.183,38 (correspondente a 6% do lucro) é destinado aos sócios como parte dos resultados obtidos. Absorção dos Prejuízos Acumulados: O montante de R$ 1.769.606,19 é utilizado para compensar integralmente os prejuízos acumulados até o momento. Reserva de Lucros: A sobra, no valor de R$ 207.266,79, é direcionada para a reserva de lucros, fortalecendo a capacidade financeira da empresa. Essa alocação estratégica visa manter o equilíbrio entre a remuneração dos sócios, a saúde financeira da organização e o planejamento para futuros investimentos. **Ajuste de avaliação patrimonial:** No mês de junho de 2020, a Sociedade realizou a reavaliação dos seus ativos imobilizados com o objetivo de assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente pelo valor de capacidade de geração de benefícios, nesse caso valor de mercado. Assim foi verificado de acordo com a norma NBR 14653 ABNT, o valor de mercado para cada investimento analisado, de acordo com suas características (vida útil, capacidade técnica, entre outras). Desse modo foi analisado o valor de mercado para cada bem em análise como forma de identificar os valores que melhor representam.

A Diretoria

Rodrigo Goetschi Gentil
CPF: 141.923.988-00 - Diretor Superintendente

Eduardo Cavalcante
CRC 1SP 214.257/O-5 - Contador

Cibele Maria Rosolem Gentil
CPF: 272.461.818-14 - Diretora

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 74CA-C14B-F3B0-5CAD.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 74CA-C14B-F3B0-5CAD.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/74CA-C14B-F3B0-5CAD ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 74CA-C14B-F3B0-5CAD

Hash do Documento

76669CD0ECF777B870BA378BA8A75590D30A81D71F17070B271E82E23059B28C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/03/2024 00:02 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

4BIO MEDICAMENTOS S.A.

CNPJ 07.015.691/0001-46

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2023 foi marcado pela continuação do crescimento da 4Bio, pela consolidação da parceria com a Raia Drogasil (detentora de 85% do capital da 4Bio) e pela continuação da implementação das ações do planejamento estratégico (que havia sido definido em 2018). Com isto, estamos construindo as condições para continuar a crescer de forma acelerada em medicamentos especiais, segmento farmacêutico com maior crescimento no Brasil e no mundo. Estamos preparados para enfrentar os desafios de crescimento, inovando e encantando os nossos clientes e fornecedores permanentemente para nos consolidarmos como referência nacional na comercialização de medicamentos especiais. O foco da Administração continuará em atender clientes e fornecedores com excelência, buscar inovação constante na cadeia da saúde e crescer com rentabilidade. **A Administração.**

Balanço Patrimonial 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**31.240**	31.284
Contas a receber de clientes	7	**538.606**	352.739
Estoques	8	**313.887**	125.547
Tributos a recuperar	9	**1.804**	2.310
Imposto de renda e contribuição social	10	**36**	2.053
Outros ativos circulantes		**41.546**	6.894
Despesas antecipadas		**620**	582
		927.739	521.409
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	9	**18.070**	6.834
Imposto de renda e contribuição social	10	**14.022**	16.352
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	**74.702**	10.357
Depósitos judiciais	19	**209.264**	116.831
Imobilizado	12	**6.689**	5.815
Direito de uso em arrendamentos	18	**3.982**	3.382
Intangível	13	**6.622**	4.882
		333.351	164.453
Total do ativo		**1.261.090**	685.862

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	14	**439.261**	256.486
Empréstimos	15	**227.393**	77.966
Partes relacionadas	11	**833**	-
Passivo de arrendamentos	18	**1.944**	1.868
Salários e encargos sociais	16	**16.897**	13.572
Tributos a recolher	17	**15.265**	16.972
Outros passivos circulantes		**8.622**	4.757
		710.215	371.621
Não circulante			
Passivo de arrendamentos	18	**2.140**	1.647
Plano de remuneração de ações		**1.468**	959
Provisão para demandas judiciais	19	**155.700**	157
Tributos a recolher		**14**	37
		159.322	2.800
Total passivo		**869.537**	374.421
Patrimônio líquido	20		
Capital social		**24.027**	24.027
Reserva de lucros		**367.526**	287.414
Total do patrimônio líquido		**391.553**	311.441
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.261.090**	685.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	21	**2.523.439**	1.687.427
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	**(2.298.605)**	(1.473.568)
Lucro bruto		**224.834**	213.859
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	**(36.688)**	(34.117)
Vendas	22	**(94.715)**	(70.113)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	22	**(46.727)**	67.883
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**46.704**	177.512
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	24	**(81.113)**	(34.885)
Receitas financeiras	24	**65.487**	33.245
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**31.078**	175.872
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	25	**(15.256)**	(2.641)
Diferido	25	**64.345**	(38.689)
		49.089	(41.330)
Lucro líquido do exercício		**80.167**	134.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**80.167**	134.542
Outro resultado abrangente	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**80.167**	134.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**31.078**	175.872
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciações e amortizações	**5.668**	4.761
Distrato de arrendamentos	**-**	(203)
(Reversão) provisão para perdas de créditos esperadas	**15.584**	(12.665)
(Ganho) perda de *swap* - instrumentos financeiros	**(582)**	-
Provisão de baixas de estoque	**848**	963
Provisão para demandas judiciais	**144.981**	(66.443)
Provisões	**7.295**	503
Juros provisionados sobre arrendamentos	**208**	229
Despesas de juros	**10.114**	14.533
	215.194	117.550
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	**(182.599)**	(122.024)
Estoques	**(188.340)**	3.193
Outras contas a receber	**(34.653)**	(4.019)
Imposto a recuperar	**(13.217)**	(10.561)
Despesas antecipadas	**(38)**	(308)
Depósitos judiciais	**(89.872)**	(46.516)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	**182.775**	87.201
Salários e obrigações sociais	**3.864**	2.190
Impostos, taxas e contribuições	**(1.730)**	14.517
Outras contas a pagar	**4.673**	(6.584)
Juros pagos	**(21.535)**	(16.163)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(14.238)**	(9.299)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(139.716)**	9.177
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	**(6.101)**	(5.127)
Pagamentos de empréstimos partes relacionadas	**-**	(26.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(6.101)**	(31.227)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	**386.430**	182.000
Pagamentos de empréstimos	**(238.430)**	(145.000)
Pagamentos de arrendamentos	**(2.228)**	(2.060)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**145.772**	34.940
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**(44)**	12.890
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	**31.284**	18.394
No final do exercício	**31.240**	31.284
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(44)**	12.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Incentivo fiscal	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		24.027	(93)	141.648	7.673	3.723	-	176.978
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	134.542	134.542
Reserva de capital		-	(79)	-	-	-	-	(79)
Constituição de reserva legal	20.b)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	20.d)	-	-	134.542	-	-	(134.542)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		24.027	(172)	276.190	7.673	3.723	-	311.441
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**80.167**	**80.167**
Reserva de capital		**-**	**(54)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(54)**
Constituição de reserva legal	20.b)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição de reserva de incentivo fiscal	20.d)	**-**	**-**	**80.167**	**-**	**-**	**(80.167)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**24.027**	**(226)**	**356.357**	**7.673**	**3.723**	**-**	**391.554**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A 4Bio Medicamentos S.A. ("Companhia") foi constituída em 2004 e suas atividades concentram-se na comercialização de medicamentos especiais e correlatos de alta tecnologia (utilizados para tratar condições graves de saúde ou de ameaça à vida prescritos por especialistas clínicos), sem manipulação de fórmulas, serviços de aplicação de medicamentos, fornecimento de infraestrutura de apoio ao paciente, consultoria em gestão empresarial, tecnologia de informação, fornecimentos e gestão de recursos humanos, pesquisa de mercado e de opinião pública e *marketing* direto. A Companhia tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, 58, conjunto 2, Chácara Itaim. O serviço de entrega dos medicamentos é realizado diretamente no destino onde se encontra o cliente por meio das seis centrais de distribuição localizadas nos Estados de São Paulo, Tocantins, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Salvador. Em 2015, ocorreu a mudança do controle acionário da Companhia onde o acionista controlador passou a ser a Raia Drogasil S.A. ("Raia Drogasil"), detendo 55% das ações ordinárias da Companhia. Em 22 de abril de 2021, o Fundo de Investimentos em Participações Kona Multiestrategia apresentou à Raia Drogasil S.A. (controladora) a Notificação de Exercício da Primeira Opção de Venda das ações equivalentes a 30% do capital social da Companhia. A transferência das ações ocorreu em 13 de maio de 2021, após o exercício da primeira opção de venda das ações, a controladora passou a deter 85% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. **2. Base de elaboração:** a) Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras estão de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e foram preparadas conforme normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas: 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 - As normas contábeis a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. a) NBC TG 50 (R1)/IFRS 17: Contratos de seguro - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. b) Emenda ao IAS 8/NBC TG 23 - Definição de estimativas contábeis - As alterações ao IAS 8/NBC TG 23 esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. c) Emenda ao IAS 1/NBC TG 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis - As alterações ao IAS 1/NBC TG 26 (R1), fornecem orientações e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. d) Emenda ao IAS 12/NBC TG 32 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - As alterações esclarecem que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes -** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) NBC TG 26 (R1)/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação de passivos como circulante e não circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao NBC TG 26 (R1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem que um direito de postergar a liquidação significa: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de Postergação. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação, entretanto, até o momento a Administração concluiu que estas emendas não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras. b) Emenda ao IAS 7/NBC TG 03 e IFRS 07/NBC TG 40 - Acordos de financiamentos de fornecedores - Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente a NBC TG 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (correlato a NBC TG 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: a) Vendas de medicamentos - As receitas da Companhia advêm da venda de medicamentos para gestoras de planos de saúde, hospitais e clínicas, pessoa física e jurídica ("clientes"). Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, ou seja, na transferência/entrega no local de destino definido pelo cliente. As receitas são reconhecidas líquidas de devoluções e descontos comerciais. *Devoluções e cancelamento* - Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquida das devoluções e cancelamentos esperados. b) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, com vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo seu valor justo ou de realização. c) Aplicações financeiras - Registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem seu valor justo ou de realização. Possuem carência de resgate superior a 90 dias da data da contratação, com risco de mudança de valor se resgatadas antecipadamente. d) Contas a receber e provisão para perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas em clientes são mensuradas por meio de estimativas ponderadas de probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Companhia avalia no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. e) Estoques - Avaliados pelo método do custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), que não excede seu valor de realização, quando este for menor, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e de custos necessários à realização da venda. f) Acordos comerciais - Além das compras regulares de produtos, a Companhia negocia com seus fornecedores, oportunidades de venda diferenciada dos seus produtos. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar características de natureza complexa. As principais categorias de acordos comerciais são: (i) descontos financeiros concedidos por laboratórios atrelados à venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios; e (ii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas. À medida que ocorre a execução operacional do produto da negociação (veiculação do produto, disposição, venda do produto promovido, direito ao recebimento do valor financeiro acordado etc.), a Companhia reconhece o ganho auferido com essas negociações reduzindo o custo dos produtos vendidos, em contrapartida de outros ativos circulantes. g) Imobilizado - Avaliado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue: • Equipamentos de informática - 5 anos; • Veículos - 5 anos; • Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos - 10 anos; • Benfeitorias em propriedades de terceiros - 5 anos. h) Arrendamentos - A Companhia é qualificada como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas: • O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento; • A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e a Companhia operar o ativo durante todo o período do contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento. *Ativos de direito de uso* - A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento* - Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. i) Intangível - Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível e capitalizados como tal quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. Estão representados por gastos com aquisição de informações, incrementos e formação de base de dados e sistemas de computação, os quais são amortizados pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado desses ativos. j) Instrumentos financeiros - Inicialmente, registrados a seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre a cada data de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexas. k) Provisão para demandas judiciais - Registrada somente quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, uma saída de recursos seja provável para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. É atualizada até as datas de encerramento das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. l) Demais ativos e passivos - Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, de acordo com os contratos vigentes. m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - *Tributos correntes* - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. *Tributos diferidos* - Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos Tributos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. n) Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja relevante para efeito das demonstrações financeiras e tais impactos foram registrados nas rubricas de receita e despesas financeiras. o) Crédito presumido de ICMS - São auferidos pela Companhia, benefícios fiscais decorrentes de tratamento tributário diferenciado da apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - por operações conduzidas nas filiais situadas nos Estados de Tocantins - Palmas, Pernambuco - Recife e Curitiba - Paraná. O ganho é reconhecido no resultado do exercício no momento em que os riscos e benefícios da mercadoria são transferidos ao comprador. Essa receita é reconhecida na demonstração do resultado na Companhia, a rubrica de dedução de receita bruta de vendas. p) Reserva de incentivos fiscais - A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS que de acordo com a Lei complementar nº 160/17 são classificados como subvenção para investimentos. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida lei, está destinando os montantes descritos na nota explicativa nº 20.d, para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório sendo que somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

5. Julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante aos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: a) Provisão para demandas judiciais - É constituída para todos os riscos referentes a processos administrativo-judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. b) Provisão para perdas de crédito esperadas - Conforme descrito na nota explicativa nº 4.d, a Companhia elabora uma avaliação ponderada da probabilidade de perdas de crédito tendo como referência as perdas históricas de créditos de clientes em uma mesma categoria em conjunto com projeções de premissas e eventos futuros. A provisão para perdas esperadas é calculada para os casos ou as categorias de clientes em que haja indicações de que o risco de crédito existe no momento do reconhecimento inicial da venda. c) Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível - Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. d) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário - Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, este último é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, imediatamente, no resultado do exercício. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento, portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário, no caso a própria Companhia, é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar se fosse tomar recursos emprestados, em ambiente econômico similar, para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento pois deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e da qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve se proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do NBC-TG 06 (R3)/IFRS 16 permitiu que a taxa incremental fosse determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. e) Determinação do prazo de arrendamento - Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado. A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios não foi incluída no passivo de arrendamento porque a Companhia pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). Durante o exercício corrente, o efeito financeiro da revisão dos prazos de arrendamentos a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação e rescisão não resultou em alterações nos passivos de arrendamentos e ativos de direito de uso reconhecidos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	**5.619**	5.257
Aplicações financeiras de alta liquidez	**25.621**	26.027
	31.240	31.284

Os saldos de aplicação financeira estão representados por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação de 82% do CDI ao ano (82% do CDI em 2022). Os certificados de depósitos bancários possuem vencimentos de curto prazo e podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração (compromissada com lastro de terceiros).

7. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Clientes	**552.225**	361.975
Ajuste a valor presente	**(5.756)**	(4.641)
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(7.863)**	(4.595)
	538.606	352.739

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	**(4.595)**	(3.928)
Constituição da provisão	**(15.584)**	(12.665)
Valores baixados no exercício como recebidos	**9.377**	7.878
Valores baixados no exercício como incobráveis	**2.939**	4.120

4BIO MEDICAMENTOS S.A.

CNPJ 07.015.691/0001-46

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

	Taxa média anual de amortização (%)	2023 Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	20	**9.018**	**(4.127)**	**4.891**
Outros (i)	20	**3.360**	**(1.629)**	**1.731**
		12.378	**(5.756)**	**6.622**

	Taxa média anual de amortização (%)	2022 Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	20	6.265	(2.894)	3.371
Outros (i)	20	2.711	(1.200)	1.511
		8.976	(4.094)	4.882

(i) Refere-se, principalmente, à implantação e desenvolvimento de sistemas.
A movimentação do intangível é como segue:

Movimentação do custo	1º de Jan/2022	Adições	Alienações e baixas	Dez/2022	Adições	Alienações e baixas	Dez/2023
Software	4.556	1.709	-	6.265	**2.793**	**(40)**	**9.018**
Outros	2.064	647	-	2.711	**747**	**(98)**	**3.360**
Total	6.620	2.356	-	8.976	**3.540**	**(138)**	**12.378**

Movimentação da depreciação acumulada	1º de Jan/2022	Adições	Alienações e baixas	Dez/2022	Adições	Alienações e baixas	Dez/2023
Software	(1.934)	(960)	-	(2.894)	**(1.266)**	**33**	**(4.127)**
Outros	(746)	(454)	-	(1.200)	**(527)**	**98**	**(1.629)**
Total	(2.680)	(1.414)	-	(4.094)	**(1.793)**	**131**	**(5.756)**

14. Fornecedores

	2023	2022
Mercadorias	**438.014**	254.955
Serviços, materiais e ativos	**5.450**	4.124
Ajuste a valor presente	**(4.203)**	(2.593)
	439.261	256.486

15. Empréstimos

	2023	2022
Empréstimo Santander (i)	**132.940**	77.966
Empréstimo Itaú (ii)	**94.453**	-
	227.393	77.966

(i) Em 11 de abril de 2022, a Companhia realizou operação de empréstimo - capital de giro junto ao Santander, no montante de R$65.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,69% ao ano com prazo de pagamento de 2 meses. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. Em 10 de junho de 2022, a Companhia realizou o pagamento da operação de Capital de giro, no montante de R$66.450. Em 08 de junho de 2022, a Companhia realizou operação de empréstimo - capital de giro junto ao Santander, no montante de R$40.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,40% ao ano com prazo de pagamento de 3 meses. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. Em 08 de setembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento da operação de Capital de giro, no montante de R$41.428. Em 08 de junho de 2022, a Companhia realizou operação de empréstimo - capital de giro junto ao Banco Santander, no montante de R$45.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,37% ao ano com prazo de pagamento de 1 ano. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. Em 09 de junho de 2023, a Companhia realizou o pagamento da operação de Capital de giro, no montante de R$46.615. Em 18 de novembro de 2022, a Companhia realizou operação de empréstimo - capital de giro junto ao Banco Santander, no montante de R$32.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,54% ao ano com prazo de pagamento de 1 ano. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. Em 20 de novembro de 2023, a Companhia realizou o pagamento da operação de Capital de giro, no montante de R$33.074. Em 14 de abril de 2023, a Companhia realizou operação de empréstimo - capital de giro junto ao Banco Santander, no montante de R$100.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,90% ao ano com prazo de pagamento de 5 meses. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. Em 14 de setembro de 2023, a Companhia realizou o pagamento da operação de Capital de giro, no montante de R$106.209. Em 14 de setembro de 2023, a Companhia realizou operação de empréstimo - capital de giro junto ao Banco Santander, no montante de R$100.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,30% ao ano com prazo de pagamento de 1 ano. O pagamento de juros é efetuado trimestralmente e do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. Em 20 de novembro de 2023, a Companhia realizou operação de empréstimo - capital de giro junto ao Banco Santander, no montante de R$32.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,37% ao ano com prazo de pagamento de 1 ano. O pagamento de juros é efetuado trimestralmente e do principal ocorrerá na data de vencimento. (ii) Em 07 de junho de 2023, a Companhia realizou operação de empréstimo em moeda estrangeira - capital de giro junto ao Banco Itaú, no montante de R$53.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,45% ao ano com prazo de pagamento de 1 ano. O pagamento de juros é efetuado trimestralmente e do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. A Companhia mantém contrato de *swap* de taxa de juros, que está sendo utilizado como *hedge* da exposição às variações no valor justo do empréstimo garantido de 1,45%. Em 14 de julho de 2023, a Companhia realizou operação de empréstimo em moeda estrangeira - capital de giro junto ao Banco Itaú, no montante de R$40.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,42% ao ano com prazo de pagamento de 1 ano. O pagamento de juros é efetuado trimestralmente e do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. A Companhia mantém contrato de *swap* de taxa de juros, que está sendo utilizado como *hedge* da exposição às variações no valor justo do empréstimo garantido de 1,42%.

16. Salários e encargos sociais

	2023	2022
Férias a pagar	**5.449**	4.354
Encargos a recolher	**1.745**	1.243
Salários a pagar	**2.222**	1.959
Provisão de participação nos resultados	**7.481**	6.016
	16.897	13.572

17. Tributos a recolher

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	**13.134**	16.037
Fundo de Desenvolvimento (ii)	**37**	53
Outros	**2.094**	882
	15.265	16.972
Circulante	**15.265**	16.972

(i) Em 1º de janeiro de 2016, passou a vigorar a Emenda Constitucional nº 87/2015, estipulando novas regras para o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O ICMS passou ser partilhado entre o Estado de origem da venda (60%) e aquele que receber o produto da compra (40%), tal percentual aumentou gradativamente 20% após os anos até totalizar 100% do ICMS para o destino em 2019. (ii) O beneficiário dessa lei recolhe ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento - TO, sob a norma da Lei nº 1.641-05, e a título de contribuição de custeio, o equivalente a 0,03% sobre o faturamento mensal incentivado.

18. Arrendamentos: A Companhia arrenda imóveis para o seu espaço de escritórios e centros de distribuição. As locações de imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre 3 e 6 anos, locações de imóveis residenciais são executados em 2 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato. As mensurações associadas ao direito de uso dos ativos foram efetuadas levando-se em consideração as seguintes premissas: (i) Início do prazo de arrendamento: a Companhia definiu o início do prazo de arrendamento, a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, a Companhia determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data, passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do ambiente físico. (ii) Prazo de arrendamento: período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento. A Companhia adotou o prazo de cada contrato e premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 ("Lei do Inquilinato"), que concede ao arrendatário (Companhia) o direito às renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas. Taxa incremental de juros de financiamento do arrendatário: devido às diferenças entre as informações disponíveis aos arrendadores e arrendatários, não foi possível determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento da Companhia. Dessa forma, em linha com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, foi aplicada taxa incremental de juros sobre o financiamento do arrendatário para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado considerando a projeção dos pagamentos futuros fixos, descontados pela taxa de 13,73% (12,90% a.a. - 2022), a qual foi construída a partir da taxa básica de juros divulgada pelo Banco Central (BACEN), e com base na média da taxa de captações das debêntures da Controladora. Depreciação do ativo de direito de uso: os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo (administrativo ou centro de distribuição) ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma, a vida útil desses ativos, na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato. Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento: o encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Ativo de direito de uso: A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo de direito de uso da Companhia:

	Imóveis residenciais	Centros de distribuição / administrativos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	126	3.256	3.382
Novos contratos	**-**	**-**	**-**
Remensuração	**51**	**2.539**	**2.590**
Depreciações	**(91)**	**(1.899)**	**(1.990)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**86**	**3.896**	**3.982**

	Imóveis residenciais	Centros de distribuição / administrativos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	132	2.811	2.943
Novos contratos	60	246	303
Remensuração	31	1.947	1.978
Depreciações	(97)	(1.745)	(1.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	126	3.256	3.382

Passivo de arrendamento

Movimentação do passivo de arrendamento	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	**3.515**	3.073
Pagamentos	**(2.228)**	(2.060)
Novos contratos	**-**	303
Atualização de Juros	**208**	229
Remensuração	**2.590**	1.970
Saldo em 31 de dezembro	**4.085**	3.515

Análise de vencimentos - passivos de arrendamento	2023	2022
Menos que 1 ano	**1.944**	1.868
1 - 5 anos	**2.140**	1.647
	4.084	3.515

Passivo de arrendamento incluídos no Balanço Patrimonial		
Posição em 31 de dezembro		
Circulante	**1.944**	1.868
Não circulante	**2.140**	1.647

Montante reconhecido no resultado

Reconhecimento no resultado - arrendamento	2023	2022
Amortizações de direito de uso	**1.990**	1.842
Juros sobre passivos de arrendamento	**208**	229
	2.198	2.071

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais: A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia periodicamente os riscos envolvidos. Eventuais mudanças na expectativa de risco em processos fiscais, cíveis e trabalhistas podem demandar constituição adicional de provisão para riscos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos de natureza tributária classificados como prováveis no valor de R$171 (R$157 em 31 de dezembro de 2022), referente à execução fiscal visando a cobrança de débitos de ICMS. Adicionalmente, a Companhia apresenta processos judiciais classificados como perda possível, também de natureza tributária, representando R$219.243 (R$140.231 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia possui ações judiciais contestando o recolhimento do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) em alguns Estados da Federação, realizando depósitos judiciais para os valores contestados, sendo que o primeiro depósito ocorreu em setembro de 2020. Em 4 de janeiro de 2022, passou a vigorar a lei complementar nº 190/2022, para regulamentar a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL), em razão do princípio da anterioridade tributária de exercício, a Companhia optou por ajuizar ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL no exercício de 2022, realizando depósitos judiciais para os valores contestados. Considerando a probabilidade da tese até então e discussões realizadas com assessores jurídicos, a Companhia concluiu por não provisionar os valores depositados judicialmente. Em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que o recolhimento do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) deve valer sobre transações ocorridas 90 dias após a data da publicação da lei complementar (LC 190/2022), prevalecendo apenas o princípio da anterioridade nonagesimal. Por se tratar de decisão proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade, os efeitos do julgamento do STF são vinculantes em relação a todos os órgãos do Poder Judiciário, da Administração Pública e do Poder Executivo (após o trânsito em julgado da ação). Diante deste cenário, a Companhia reavaliou e identificou a necessidade de provisionar os valores referentes ao Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) contestados nos Estados que haviam editado leis estaduais ordinárias anteriores e em conformidade com o texto aprovado da lei complementar nº 190/2022, valor R$60.327. De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais e municipais e às ações judiciais e trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais:

	2023	2022
Composição de depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias	**356**	315
Tributárias	**208.908**	116.516
Total	**209.264**	116.831

	2023	2022
Composição de provisões para demandas judiciais		
Tributárias	**155.680**	142
Cíveis	**20**	15
Total	**155.700**	157

20. Patrimônio líquido: a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$24.027, dividido em 1.151.129 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, como segue:

Acionista	2023 Participação (%)	Ações ordinárias
Fundo de Investimentos em Participações Kona Multiestrategia	**15,00**	**172.669**
Raia Drogasil S.A.	**85,00**	**978.460**
	100,00	**1.151.129**

Em 22 de abril de 2021, o Fundo de Investimentos em Participações Kona Multiestrategia apresentou à RD S.A. (Controladora) a Notificação de Exercício da Primeira Opção de Venda das ações equivalentes a 30% do capital social da Companhia. A transferência das ações ocorreu em 13 de maio de 2021, após o exercício da primeira opção de venda das ações, a controladora passou a deter 85% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. b) Reserva legal - Constituída na base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. c) Reserva de retenção de lucros - Tem por finalidade e objetivo subsidiar os investimentos da Companhia nas atividades que compõem seu objeto social e cujo saldo, somado aos saldos da reserva legal e das demais reservas que venham ser criadas pela Companhia, não poderá ultrapassar o capital social. d) Reserva para incentivos fiscais - Trata-se dos benefícios fiscais de ICMS obtido nos Estados de Tocantins, Pernambuco e Paraná, normatizado pela Lei Complementar nº 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei nº 12.973/2014. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, a Companhia deverá constituir o saldo de R$115.565 referente à parcela de subvenção governamental acumulada que não foi possível compor devido à falta de lucro líquido do exercício suficiente.

	2023
Saldo no início do exercício	74.318
Reserva para incentivos fiscais	**121.414**
Total	**195.732**
Reserva realizada no exercício	**(80.167)**
Reserva para incentivo fiscal a realizar	**115.565**

e) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios - Conforme redação do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, as subvenções para investimento recebidas do Poder Público, devem ser registradas diretamente em resultado e, o valor correspondente deve ser destinado à formação da reserva de lucros e, em qualquer hipótese, tal montante não pode ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de tornar o valor distribuído, tributável pelo imposto de renda.

21. Receita líquida de vendas

	2023	2022
Vendas de mercadorias	**2.707.732**	1.750.256
Vendas de serviços prestados	**65**	180
Total da receita bruta	**2.707.797**	1.750.436
Impostos sobre vendas (i)	**(145.461)**	(36.196)
Devoluções	**(38.897)**	(26.813)
Receita líquida de vendas	**2.523.439**	1.687.427

(i) A Companhia possui um incentivo fiscal que se refere ao Termo de Acordo de Regime Especial - TARE nº 2.361, aprovado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, em 13 de outubro de 2011, com prazo de vigência de 15 anos, tendo a Companhia, em contrapartida, a obrigação de manter em dia suas obrigações acessórias com o Estado do Tocantins. O crédito registrado decorrente do incentivo no exercício de 2023 correspondeu a R$8.986 (R$11.642 em 2022). Em 29/04/2020, a Companhia iniciou suas atividades no Estado de Pernambuco, onde obteve incentivo fiscal de acordo com o Decreto 44.650/2017 - PE, credenciado através do Edital DPC nº 206/2019, aprovado em 26 de novembro de 2019, processo 2019.000006691088-73, o qual concede crédito presumido para contribuinte que realiza vendas exclusivamente por telemarketing ou Internet, tendo a Companhia, em contrapartida, a obrigação de manter em dia suas obrigações principais e acessórias com o Estado do Pernambuco. O crédito registrado decorrente do incentivo no exercício de 2023 correspondeu a R$112.081 (R$96.456 em 2022). Em 01/04/2022, a Companhia iniciou suas atividades no Estado do Paraná, onde obteve incentivo fiscal de acordo com o Decreto nº 6434 de 16/03/2017, publicado no DOE - PR em 17 de março de 2017, o qual concede crédito presumido para contribuinte que realiza vendas exclusivamente por *telemarketing* ou Internet, tendo a Companhia, em contrapartida, a obrigação de manter em dia suas obrigações principais e acessórias com o Estado do Paraná. O crédito registrado decorrente do incentivo no exercício de 2023 correspondeu a R$347 (R$15 em 2022).

22. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Custo dos produtos e serviços vendidos	**(2.298.605)**	(1.473.568)
Despesas com pessoal	**(77.052)**	(59.944)
Despesas com transportes	**(22.470)**	(16.409)
Despesas com prestadores de serviços	**(3.628)**	(7.578)
Depreciação e amortização	**(5.668)**	(4.730)
Outros (*)	**(69.312)**	52.314
	(2.476.735)	(1.509.915)

(*) Refere-se, principalmente, a gastos com taxa de administração do cartão de crédito e débito, manutenção de bens, contas de consumo, materiais de uso e consumo, provisões para demandas judiciais referentes ao Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) de exercícios anteriores e condomínios.
Classificado na demonstração do resultado como:

Função das despesas	2023	2022
Custo dos produtos e serviços vendidos	**(2.298.605)**	(1.473.568)
Com vendas	**(94.715)**	(70.113)
Gerais e administrativas	**(36.688)**	(34.117)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	**(46.727)**	67.883
	(2.476.735)	(1.509.915)

23. Instrumentos financeiros: a) Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

Instrumentos financeiros básicos	2023	2022
Ativo:		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	**31.240**	31.284
Contas a receber de clientes	**538.606**	352.739
	569.846	384.023
Passivo:		
Outros passivos financeiros:		
Empréstimos	**227.393**	77.966
Fornecedores	**439.261**	256.486
	666.654	334.452

O valor contábil de ativos e passivos é semelhante ao valor justo, uma vez que todas as operações realizadas pela Companhia são de curto prazo, não ultrapassando o período de 12 meses.
b) Gerenciamento de riscos e considerações gerais - A Companhia possui política para o gerenciamento de riscos, que contempla a revisão periódica da estratégia de cobertura para cada tipo de risco ao qual esteja exposta. i) *Risco de crédito* - Decorre da possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O risco de crédito nas atividades operacionais dos clientes é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de créditos e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "provisão com perdas para crédito esperadas". ii) *Risco de taxas de juros* - Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca concentrar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas. iii) *Risco de liquidez* - Decorre da possibilidade da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela Tesouraria. c) Valorização dos instrumentos financeiros - Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, bem como os critérios para cálculo do valor justo, estão descritos a seguir: i) *Caixa e equivalentes de caixa* - Quando comparados com valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros ajustados com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. ii) *Contas a receber, a pagar e partes relacionadas* - Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, considerando sua natureza e seus prazos de vencimento. d) Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para maximizar o retorno a todas as partes interessadas.

	2023	2022
Empréstimos	**227.393**	**77.966**
Partes relacionadas (Nota 11)	**833**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(31.240)**	**(31.284)**
Dívida líquida	**196.986**	**46.682**
Patrimônio líquido	**391.554**	**311.411**
Índice de alavancagem financeira (%)	**49,93**	**14,99**

24. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	**(23.484)**	(8.960)
Ajuste a valor presente - compras (i)	**(45.592)**	(25.244)
Juros sobre antecipação de cartões e despesas bancárias	**(236)**	(145)
Juros passivos	**(75)**	(42)
Juros sobre arrendamento	**(208)**	(228)
Juros sobre impostos (iii)	**(10.593)**	-
Despesas com IOF	**(709)**	(181)
Outras despesas	**(216)**	(85)
Total	**(81.113)**	(34.885)
Receitas financeiras		
Ajuste a valor presente - vendas (ii)	**50.133**	27.536
Descontos obtidos	**-**	1
Rendimentos sobre as aplicações financeiras	**2.285**	643
Atualização monetária (iii)	**11.309**	-
Outras receitas	**1.760**	5.065
Total	**65.487**	33.245

(i) As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada na rubrica "Fornecedores" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo das mercadorias vendidas". (ii) As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. O mesmo tratamento foi dado aos impostos incidentes sobre essas vendas, O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo. (iii) Refere-se, principalmente, a atualizações monetárias sobre depósitos judiciais e créditos tributários.

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos - O imposto de renda e contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se a:

	2023	2022
Balanço patrimonial		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**14.665**	-
Provisão - tributária (i)	**52.744**	1.062
Ajuste a Valor Presente - AVP	**528**	696
Provisão - obrigações diversas	**1.049**	4.665
Provisão - Programa de Participação de Resultados	**3.043**	2.372
Provisão de perda para crédito esperadas	**2.673**	1.562
Ativo fiscal diferido, líquido	**74.702**	10.357
	2023	**2022**
Resultado		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**(14.665)**	22.697
Provisão - tributária (i)	**(51.682)**	20.519
Ajuste a Valor Presente - AVP	**169**	(368)
Provisão - obrigações diversas	**3.605**	(3.089)
Arrendamentos	**10**	(4)
Provisão - Programa de Participação de Resultados	**(671)**	(839)
Provisão de perda para crédito esperadas	**(1.111)**	(227)
Despesa de imposto diferido, líquido	**(64.345)**	38.689

(i) Refere-se, principalmente, à provisão dos valores sobre Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL), contestados judicialmente em alguns Estados da Federação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo), no montante de R$74.702 em 31 de dezembro de 2023 (Dez/2022 - R$10.357) são decorrentes, principalmente, de provisão para perdas de créditos tributários, bem como despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista conforme projeções sobre os lucros tributáveis futuros. As estimativas de lucros estão relacionadas com o desempenho da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R$74.702, será realizado integralmente até o final de dezembro de 2030. Correntes - O imposto de renda e a contribuição social efetivos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se a:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**31.078**	175.872
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	**34%**	34%
Despesa teórica	**(10.567)**	(59.796)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	**14.665**	-
Adições ou exclusões permanentes	**3.919**	(18.153)
Imposto de renda e Contribuição Social de exercícios anteriores	**(210)**	32
Incentivo Fiscal e Exclusão do Ganho com Incentivo Fiscal (i)	**41.281**	36.587
	49.088	(41.330)

(i) A partir do 3º trimestre de 2018, a Companhia passou a tratar como dedutível para fins do imposto de renda, os ganhos auferidos com os benefícios fiscais de ICMS no Estado de Tocantins, em 2020 no Estado de Pernambuco e em 2022 no Estado do Paraná, normatizados pela Lei Complementar nº 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei nº 12.973/2014. O efeito na apuração de IRPJ / CSLL do montante ajustado em 2023, correspondeu a R$41.281 (R$36.587 em 2022). Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL - A Companhia fez a avaliação e não apresenta nenhuma discussão que se enquadre como uma incerteza do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

26. Eventos subsequentes: Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou operação de empréstimo em moeda estrangeira - Capital de giro junto ao Banco Itaú, no montante de R$50.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,35% ao ano com prazo de pagamento de 1 ano. O pagamento de juros é efetuado trimestralmente e do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. A Companhia mantém contrato de swap de taxa de juros, que está sendo utilizado como hedge da exposição às variações no valor justo do empréstimo garantido de 1,35%.

27. Aprovação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 05 de março de 2024.

Luiz Felipe de Araúna Bay	André Hidemi Kina	Gustavo Maglioni Cury	Emerson Viviani	Gustavo Ainer de Oliveira
Diretor-Presidente	Diretor Geral	Diretor Financeiro	Diretor Comercial	Contador – CRC SP-315772/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
4Bio Medicamentos S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da 4Bio Medicamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
-

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/74F3-50B9-F2BC-454F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 74F3-50B9-F2BC-454F

Hash do Documento

60623595D6E74A2EA76452F155542C50EADCDF689B8B506ADDBC963FF7D12529

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/03/2024 é(são) :

- ☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/03/2024 00:02 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

J. Pilon S/A Açúcar e Álcool

CNPJ nº 47.254.396/0001-67

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho, 31 de dezembro de 2023

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota Explic.	31/12/2023	31/12/2022
1. Circulante		**270.541**	**247.099**
1.1 Disponível		**79.729**	**86.073**
1.1.1 Bens Numerários		12	17
1.1.2 Depósitos Bancários a Vista		615	203
1.1.3 Aplicações Financeiras	5	79.102	85.853
1.2 Direitos Realizáveis		**190.812**	**161.026**
1.2.1 Copersucar Direito Sobre Safra	6	37.428	54.374
1.2.2 Estoque em Poder de 3º	7	127.390	79.431
1.2.3 Estoques	7	6.144	6.539
1.2.4 Títulos a Receber		14.606	13.721
1.2.5 Adto Fornededores	8	4.470	3.899
1.2.6 Impostos Taxas a Recuperar	9	761	1.026
1.2.7 Depositos a Prazo Fixo		2	2
1.2.8 Despesas Exerc. Seguinte		11	2.009
1.2.9 Provisões Diversas		0	25
2. Ativo Não Circulante		**209.937**	**180.727**
2.1 Realizável a Longo Prazo		**75.217**	**57.945**
2.1.1. Títulos a Receber		1.480	1.480
2.1.2. Depósito Judicial	10	72.821	56.465
2.1.3. Provisões Diversas		916	-
2.2 Investimentos	11	**43.455**	**44.412**
2.2.1 Part. em Outras Empresas		43.450	44.407
2.2.2 Ações em Outras Empresas		5	5
2.3 Imobilizado	12	**90.837**	**77.942**
2.3.1 Imobilizado Técnico		149.912	134.359
2.3.2 Depreciações Acumuladas		(59.075)	(56.417)
2.4 Intangiveis			
2.4.1 Intangiveis Proprio		428	428
Total do Ativo		**480.478**	**427.826**

Passivo e Patrimonio Líquido	Nota Explic.	31/12/2023	31/12/2022
1.Circulante		**57.895**	**41.330**
1.1 Fornecedores de Cana	13	45.676	29.540
1.2 Fornecedores Materiais	13	3.272	2.709
1.3 Ordenados e Salários		721	649
1.4 Imp.Taxas e Contr. a Pagar	16	2.069	694
1.5 Contas a Pagar	17	1.241	730
1.6 Empréstimos Bancários	14	-	129
1.7 Emprestimos Diversos		186	-
1.8 Dividendos Obrigatórios a Pagar	17	1.185	-
1.9 Prov. Férias/Enc. s/ Férias		3.204	2.709
1.10 Prov. IRPJ e Contr. Social	16	341	4.170
2. Passivo Não Circulante		**114.839**	**112.695**
2.1 Emprestimos Diversos	14.1	14.187	15.890
2.2 Contas a Pagar	17	-	12.069
2.3 Parcelamento de Impostos	19	-	1.331
2.4 Prov. Contingencia Tribut.	20	72.821	56.465
2.5 Lucros/Dividendos A Pagar	18	20.000	20.000
2.6 Copersucar Adto	15	7.831	6.940
3. Patrimonio Liquido	22	**307.744**	**273.801**
3.1 Capital Social		60.000	60.000
3.2 Reserva Legal		13.014	9.777
3.3 Reservas de Lucros		221.837	193.571
3.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial		12.893	10.453
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**480.478**	**427.826**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Lucros	Lucros /Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Balanço 31/12/2021	**60.000**	**6.366**	**132.071**	**-**	**-**	**198.437**
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	-	(3.300)	-	-	(3.300)
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligadas	-	-	-	-	10.453	10.453
Lucro Liquido Exercício	-	-	-	68.211	-	68.211
Transferência para Reservas	-	3.411	64.800	(68.211)	-	-
Saldo Balanço 31/12/2022	**60.000**	**9.777**	**193.571**	**-**	**10.453**	**273.801**
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	-	(17.052)	-	-	(17.052)
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligadas	-	-	-	-	2.440	2.440
Lucro Liquido Exercício	-	-	-	64.740	-	64.740
Destinação do Lucro:						
Transferência Para Reserva Legal	-	3.237	-	(3.237)	-	-
Distribuição de Dividendos Obrigatórios aos Acionistas	-	-	-	(16.185)	-	(16.185)
Transferência para Reservas de Lucros	-	-	45.318	(45.318)	-	-
Saldo Balanço 31/12/2023	**60.000**	**13.014**	**221.837**	**-**	**12.893**	**307.744**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Receita Bruta De Vendas	Nota Explic.	31/12/2023	31/12/2022
Vendas		427.320	462.566
Deduções (ICMS,IPI,PIS,COFINS)		(32.817)	(41.125)
Receita Liquida de Vendas	23	**394.503**	**421.441**
Custo Produtos Vendidos	24	(310.680)	(354.270)
Lucro Bruto		**83.823**	**67.171**
Outras Receitas Operacionais	25	50.697	64.028
Despesas Operacionais	24	(60.412)	(52.183)
Resultado Operacional		**(9.715)**	**11.845**
Resultado Financeiro Liquido	26	**10.691**	**7.801**
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**84.799**	**86.817**
Imposto de Renda		(14.632)	(13.635)
Contribuição Social s/Lucro		(5.427)	(4.971)
Resultado Líquido do Exercício		**64.740**	**68.211**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Líquido do Exercício	**64.740**	**68.211**
Outros Resultados Abrangentes	(2.440)	(10.453)
Resultado Abrangente do Exercício	**62.300**	**57.758**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto Período 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em Milhares De Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**64.740**	**68.211**
Ajustado por:		
Depreciação	2.759	2.529
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.103)	(10.780)
Perda na Venda de Imobilizado	(291)	182
(=) Lucro líquido ajustado	**63.105**	**60.142**
Variação de ativo e passivo		
(Aumento) Redução das Contas a Receber	16.086	(12.709)
(Aumento) Redução dos Estoques	(47.564)	48.807
(Aumento) Redução de Adiantamento de Fornecedores	(571)	26.948
(Aumento) Redução de Impostos e Taxas a Recuperar	265	(449)
(Aumento) Redução de Despesas do Exercício Seguinte	1.998	(459)
(Aumento) Redução de Depósito Judicial	(16.356)	(15.470)
(Redução) Aumento de Fornecedores	16.699	(64.206)
(Redução) Aumento de Contas a Pagar e Impostos a Recolher	3.656	6.300
(=) Caixa líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**37.318**	**48.904**
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos		
(Aumento) Redução de Depósito a Prazo Fixo	-	(1)
(Aumento) Redução de Participações em Outras Empresas	(3.374)	(5.789)
Recebimento de Dividendos	10.874	12.629
Aquisição de Imobilizado	(18.463)	(7.228)
Venda de Imobilizado	1.000	291
(=)Caixa líquido gerado (Consumido) pelas atividades investimentos	**(9.963)**	**(98)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
(Redução) Aumento de Empréstimos de Curto Prazo	57	(289)
(Redução) Aumento de Empréstimos de Longo Prazo	(1.703)	1.563
Pagamentos de Dividendos	(32.053)	(3.300)
(=)Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades financiamentos	**(33.699)**	**(2.026)**
Aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(6.344)**	**46.780**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	86.073	39.293
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	79.729	86.073
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(6.344)**	**46.780**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demosntrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A J.Pilon S/A - Açucar e Alcool ("Companhia") está LocaLizada na Cidade de Cerquilho- SP, na Fazenda Santa Maria e tem como objeto sociaL a exploração da indústria de açúcar, álcooL, e subprodutos da cana-de-açúcar. A Companhia poderá participar de outras companhias congêneres no País. A J.Pilon S/A - Açucar e Alcool é uma cooperada da Cooperativa de Produtores de Canade-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São PauLo (Copersucar) à qual transfere diariamente toda a sua produção de açúcar e álcool. Compete à Cooperativa a comercialização destes produtos, retornando aos cooperados os recursos monetários realizados pelas vendas, operações estas amparadas nas regras do cooperativismo (PN66) e regidas por contratos anuais de comercialização e em regramentos operacionais formalmente definidos em Manual de Safra. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às Normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a Legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foram autorizada pelos Administradores da Companhia em 28 de fevereiro de 2024. Após sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 03. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis são apresentas em Real (em milhares de Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações das incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte Nota Explicativa: Nota Explicativa n° 20 - provisões para contingências - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.5. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços são utilizadas para mensurar os valores justos, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa n°27 - Instrumentos financeiros. **3. Principais politicas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **a. Receita operacional: i. Venda de produtos:** As receitas de vendas de açúcar e etanol auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e receitas financeiras repassadas pela Cooperativa. As receitas financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do Método dos Juros Efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação monetária passiva e despesas financeiras repassadas pela Cooperativa. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do Método de Juros Efetivos. **c. Beneficios a Empregados: i. Beneficios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a Empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo Empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para Imposto de Renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro liquido (CSLL). A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los as suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos dentro de outras receitas e despesas operacionais no resultado. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem é reconhecido como despesas. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o Método Linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa média (%)
Edifícios	4
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	20

g. Ativos Intangiveis: (i) Ativos intangiveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **(ii) Gastos Subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no Método Linear e nas vidas úteis de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **h. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O "Contas a receber de clientes" é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um "Contas a receber de clientes" sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas - políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o vaLor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial: • Ativos financeiros a VJR; • Ativo financeiro a custo amortizado; • Instrumentos de dívida a VJORA; • Instrumentos patrimoniais a VJORA; Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - clasificação, mensuração subsequente e ganhso e perdas.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o Método de Juros Efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Capital social:** As ações são classificadas como patrimônio líquido. **i. Redução ao valor recuperaveL (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo Método da Equivalência Patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperaveL. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida por meio do resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto, os estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor:** Revisão de pronunciamentos técnicos Nº 24/2023. Este documento de revisão apresenta alterações nos pronunciamentos técnicos: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1). Este documento estabelece alterações em pron

Continuação **Dividendos propostos:** Em 31 de março de 2023, os acionistas da companhia aprovaram em assembléia geral ordinaria, o pagamento de dividendos R$ 17.053.(dezessete milhões e cinquenta e três mil reais). **Dividendos obrigatórios:** Conforme determina o Estatuto da Companhia, em seu Artigo 26º, foi distribuído 25% do lucro líquido do exercício, no valor de R$ 16.185, sendo descontado R$ 15.000 dos dividendos pagos antecipadamente em 15/12/2023, restando um saldo a pagar de R$ 1.185, que será liquidado no ano de 2024. **23. Receita Operacional Liquida:** A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura a seguir:

Descrição	2023	2022
Venda de produtos mercado interno:		
Etanol - Mercado interno	169.839	232.589
Açucar - Mercado interno	193.820	177.751
Outras vendas	6.825	7.369
	370.484	**417.709**
Venda de produtos mercado externo:		
Etanol - Mercado externo	19.142	14.066
Açucar - Mercado externo	37.694	30.791
	56.836	**44.857**
Receita Bruta	427.320	462.566
(-) Impostos Sobre vendas	-32.817	-41.125
Total da receita liquida	**394.503**	**421.441**

24. Custos e Despesas:

Descrição	2023	2022
Custos dos Produtos Vendidos		
Estoque anterior	81.429	130.590
Insumos e Mat. Secundarios à prazo	308.179	263.820
Custo do Pessoal Aplic. Na Produção	14.700	13.504
Encargos Sociais-Previdência Social	4.223	3.809
Encargos Sociais-FGTS	1.311	1.085
Manutenção e Rep. Bens Aplic. Na Produção	23.108	18.014
Depreciação	2.444	2.202
Outros Custos	2.676	2.675
Estoque final	127.390	81.429
Total dos custos dos produtos vendidos	**310.680**	**354.270**
Despesas Administrativas e Gerais	**2023**	**2022**
Salários e ordenados	7.850	6.741
Encargos sociais s/ folha	3.430	2.974
Gastos gerais c/ pessoal	201	169
Despesas gerais	9.979	7.379
Materiais administrativos	766	658
Impostos, taxas e contribuições	4.345	4.078
Seguros	0	20
Serviços contratados	6.660	5.474
Assistência social	1.751	1.599
Remuneração de dirigentes e encargos	2.399	2.105
Outras despesas	2.442	1.454
Provisão contingência tributária	20.161	19.070
Total das despesas administrativas e gerais	**59.984**	**51.721**

25. Outras Receitas/(despesas) operacionais, liquidas

Outras receitas	2023	2022
Receita indenizatória IAA (i)	41.141	38.912
Credito outorgado ICMS	0	13.196
Participação Societaria	4.564	11.210
Venda de Imobilizado	1.000	292
Dividendos	87	123
Outras receitas operacionais	3.905	295
	50.697	**64.028**
Outras despesas	**2023**	**2022**
Despesas equivalentes indenizatória IAA	115	106
Despesas Copersucar	1.156	567
Participação Societaria	462	429
Custo bens do imobilizado vendido	709	351
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - ação de preço (ii)	20.161	19.070
	22.603	**20.523**
Outras receitas/(despesas) operacionais liquidas	**28.094**	**43.505**

(i) São precatórios que representam a liquidação da ação de preços IAA, processo no qual a União foi obrigada a reparar judicialmente os produtores de açúcar e álcool em virtude da fixação, por aquele antigo Órgão, de preços de produtos aos quais deixarão de ser acrescidas os reais índices inflacionários da época, ocasionando severo prejuízos aos produtores. Com a extinção do IAA, em meados de 1990, o setor deixou de ter preços controlados; **(ii)** Corresponde ao reconhecimento dos encargos tributários sobre a receita indenizatória IAA, que em demanda judicial específica a Companhia questiona as incidências de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre aqueles montantes, vide nota explicativa 20. **26. Resultado Financeiro:**

Receitas financeiras	2023	2022
Juros Copersucar	309	724
Receitas de aplicações financeiras	14.593	9.844
Descontos obtidos	100	25
Outros	-	-
	15.002	**10.593**
Despesas financeiras	**2023**	**2022**
Juros e despesas de financiamento	3.489	1.677
Juros Copersucar	664	840
Despesas bancarias	89	242
Outros	69	33
	4.311	**2.792**
Resultado Financeiro	**10.691**	**7.801**

27. Instrumentos Financeiros: Gerenciamento de riscos financeiros: Visao Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de Liquidez; • Risco de mercado; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao Longo dessas demonstrações contábeis. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de credito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. A Companhia tem como escopo principal de sua gestão de risco de crédito contratar operações apenas com instituições financeiras reconhecidas pelo mercado. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco que a Companhia poderá ter para cumprir com as obrigações associados com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, a liquidez de suas operações para cumprimento de suas obrigações em seus respectivos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

• 2022

Ativos	Valor contábil
Caixas e equivalentes de caixas	86.073
Contas a receber	13.721
Adiantamentos a fornecedores	3.899
	103.693
Passivos	
Fornecedores de cana e diversos	32.249
Emprestimos e financiamentos	129
	32.378

• 2023

Ativos	Valor contábil
Caixas e equivalentes de caixas	79.727
Contas a receber	14.606
Adiantamentos a fornecedores	4.470
	98.803
Passivos	
Fornecedores de cana e diversos	48.948
Emprestimos e financiamentos	186
	49.134

Os influxos brutos de entradas/saídas divulgados na tabela acima representam os fluxos de caixa relacionados com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Ativos financeiros	2023	2022
Instrumento de taxa fixa		
Caixas e equivalentes de caixa	79.102	86.073
	79.102	**86.073**
Passivos financeiros		
Instrumento de taxa fixa		
Emprestimos e financiamentos	181	129
	181	**129**

Perfil: Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era concentrado nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. **Instrumentos de taxa fixa:** A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo, portanto uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. **Instrumento de taxa variável:** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações contábeis. **Risco operacional:** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por meio de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, com base nas atuais Leis e regulamentos em vigor. **28. Compromissos: a. Compra de cana-de-açucar:** A Companhia possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O valor a ser pago é realizado por meio da sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP. **b. Fornecimento de açúcar e etanol:** A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de três anos/safras, sendo o contrato renovado a cada safra. A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo perante a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando, diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ - EscoLa Superior de AgricuLtura Luiz de Queiroz, para mercados interno e externo. **29. Eventos subsequentes:** A administração da companhia não identificou eventos subsequentes à data do balanço que mereçam a sua devida divulgação.

José Pilon - Diretor Presidente
Nelson Pilon Diretor Superintendente

Mario Nirceu Pilon Diretor Financeiro
Otavio Pilon Filho - Diretor Industrial

Ariane da Silva Giampaoli - Contadora
CRC-SP 1SP 297596/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores **J.Pilon S/A - Açúcar e Álcool.** Cerquilho/SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações financeiras da J.Pilon S/A - Açúcar e Álcool (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.Pilon S/A - Açúcar e Álcool em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboraço e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independente se causada por fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser causadas por fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas como base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidencias de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas não com objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre o uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidencias de auditoria obtidas, se existe incertezas relevantes em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação a capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incertezas relevantes, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluirmos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidencias de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidencias de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócios da companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da companhia e, consequentemente pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cerquilho, 27 de fevereiro de 2024.

FSC Auditores Independentes - CRC 2 SP-044615/O-0
Allisson Fernandes de Souza - CRC 1 SP-308263/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 84CC-ABA2-8EE3-60D5.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 84CC-ABA2-8EE3-60D5.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/84CC-ABA2-8EE3-60D5 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 84CC-ABA2-8EE3-60D5

Hash do Documento

9780F4610EDA430D85CD498562AED260E6E4274978E90962A12F9A9593AB8EC0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/03/2024 00:02 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Krasis Participações S.A.

CNPJ:11.425.560/0001-04

Relatório das Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidado dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

Balanço Patrimonial em: Em R$ Mil

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**
Ativo circulante		**2.128**	**8.987**	**265.588**	**205.700**
Caixa e Equivalente de Caixa	4	421	463	24.139	9.131
Clientes	5	-	-	76.110	88.673
Conta Corrente Consórcio	6	-	-	55.285	19.113
Créditos Fiscais		67	54	2.702	5.124
Partes Relacionadas	7	1.626	231	2.281	421
Tributos Diferidos		-	-	18.555	-
Outros Créditos		-	8.221	83.990	82.259
Despesas Antecipadas		14	18	2.526	979
Ativo não circulante		**398.694**	**372.015**	**451.338**	**474.850**
Realizável a Longo Prazo		**24.827**	**24.828**	**139.896**	**162.621**
Clientes	5	-	-	96.137	101.461
Partes Relacionadas	7	1.128	1.129	-	-
Dividendos a Receber		6.464	6.464	6.464	6.464
Outros Créditos		9.837	9.837	16.388	16.284
Depósitos Judicais		-	-	3.507	2.463
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		3.387	3.387	6.583	5.720
Tributos Diferidos	2.5 (p)	4.011	4.011	10.817	30.229
Permanente		**373.867**	**347.187**	**311.442**	**312.230**
Investimentos	8	373.701	347.185	282.312	278.677
Imobilizado	9	164	1	23.613	28.320
Direitos de Uso	2.5 (s)	-	-	551	372
Intangível	9	2	2	4.966	4.861
Total Ativo		**400.822**	**381.003**	**716.926**	**680.551**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**
Passivo Circulante		**71.433**	**55.035**	**276.588**	**277.781**
Fornecedores	10	208	272	58.422	49.148
Empréstimos e Financiamentos	11	364	16.777	24.129	41.950
Debentures	12	-	-	14.281	-
Obrigações por Emissão de CRI	13	-	-	7.963	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas		-	-	9.595	7.397
Obrigações Tributárias		117	19	3.720	1.476
Parcelamentos Tributários	14	-	-	10.608	13.447
Conta Corrente Consórcio	6	-	-	27.863	9.138
Partes Relacionadas	7	63.886	37.915	3.237	9.374
Adiantamento de Clientes		-	-	57.828	106.909
Arrendamento Mercantil	2.5 (s)	-	52	595	495
Outras Obrigações		6.858	-	58.347	38.447
Passivo não circulante		**329.389**	**325.968**	**440.338**	**402.770**
Exigível a Longo Prazo		**146.366**	**159.080**	**257.315**	**235.882**
Empréstimos e Financiamentos	11	-	-	5.447	32.145
Debentures	12	-	-	13.818	-
Obrigações por Emissão de CRI	13	-	-	6.489	-
Partes Relacionadas	7	18.774	29.766	4.702	4.515
Dividendos a Pagar	2.5 (n)	117.106	122.709	117.106	122.709
Parcelamentos Tributários	14	-	-	48.554	46.919
Provisões	15	10.486	6.605	12.850	8.969
Tributos Diferidos	2.5 (p)	-	-	17.796	20.456
Adiantamento de Clientes		-	-	30.383	-
Outras Obrigações		-	-	169	169
Patrimônio líquido	**16**	**183.023**	**166.888**	**183.023**	**166.888**
Capital Social Integralizado		45.910	45.910	45.910	45.910
Reserva de Capital		20.410	20.410	20.410	20.410
Reserva de Lucros		67.798	46.679	67.798	46.679
Ajuste de Avaliação Patrimonial		48.905	53.889	48.905	53.889
Total do Passivo		**400.822**	**381.003**	**716.926**	**680.551**

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em: Em R$ Mil

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**
Receita Operacional Liquida	**17**	**-**	**-**	**367.381**	**309.953**
(-) Custo dos Serviços Prestados		-	-	(273.531)	(251.192)
Lucro Bruto		**-**	**-**	**93.850**	**58.761**
Receitas / (Despesas) operacionais:					
Despesas Administrativas		(93)	(192)	(52.509)	(68.588)
Outras Receitas / Despesas Operacionais		(1.282)	(1.777)	(1.171)	26.189
Resultado Financeiro		(6.455)	(2.328)	(24.937)	(10.062)
Total das Receitas/Despesas Operacionais		**(7.829)**	**(4.297)**	**(78.616)**	**(52.461)**
Resultado Operacional		**(7.829)**	**(4.297)**	**15.233**	**6.300**
Resultado de Equivalência Patrimonial	**8**	**28.948**	6.481	**8.964**	**979**
Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**21.120**	**2.184**	**24.198**	**7.279**
Imposto de Renda	**2.5 (e)**	-	-	(702)	-
Contribuição Social	**2.5 (e)**	-	**-**	(1.519)	-
IR/CSLL Diferidos	**2.5 (p)**	-	-	(858)	(5.095)
Lucro/(Prejuízo) do Exercício		**21.120**	**2.184**	**21.120**	**2.184**

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em: Em R$ Mil

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	**Reapresentado 31.12.21**	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	**21.120**	**2.184**	**21.120**	**2.184**
Outros Resultados Abrangentes:				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
• Ganhos/(Perdas) cambiais sobre investimento no exterior	(2.387)	2.541	(2.387)	2.541
• Ganhos/(Perdas) cambiais sobre investimento no exterior - reflexa	(1.079)	1.142	(1.079)	1.142
• Ajuste de Avaliação Patrimonial de Controlada	(1.519)	12.673	(1.519)	12.673
Resultado Abrangente total	**16.135**	**18.540**	**16.135**	**18.540**

Demonstração do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em: Em R$ Mil

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**	**31.12.22**	**Reapresentado 31.12.21**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**21.120**	**2.184**	**21.120**	**2.184**
Ajustes:				
Depreciação e Amortização	30	124	7.476	1.209
Resultado de Equivalência Patrimonial e Variação de Participação	(28.948)	(6.481)	(8.964)	(979)
Tributos Diferidos	-	-	5.496	5.095
Juros sobre Dividendos	1.430	-	1.430	-
Atualização Monetária de Contratos Ativos e Passivos	-	954	-	954
Juros com Empréstimos	-	(1.192)	(3.362)	(2.387)
Ganho com Valor Justo de Propriedades para Investimentos	-	-	-	(22.010)
Total	**(6.368)**	**(4.412)**	**23.196**	**(15.934)**
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Clientes	-	-	17.887	(73.664)
Créditos Fiscais	(13)	(23)	2.422	2.845
Outros Créditos	-	-	(49.208)	(35.444)
Despesas Antecipadas	4	4	(1.547)	167
Depósitos Judicais	-	-	(1.045)	(355)
Fornecedores	(65)	261	9.273	9.953
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-	7.352	(15.432)
Obrigações Tributárias	98	19	2.248	(418)
Outras Obrigações	4.816	38	13.626	48.526
Parcelamentos Tributários	-	-	(1.203)	5.706
Total	**4.840**	**299**	**(195)**	**(58.116)**
Caixa liquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(1.528)**	**(4.113)**	**23.001**	**(74.050)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Inversões para Investimentos	(158)	(394)	(213)	(1.011)
Baixa de Investimentos e Ativo Imobilizado	(194)	-	(2.616)	-
Inversões para Imobilizado e Intangível	-	(3)	(771)	(2.374)
Caixa liquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(352)**	**(397)**	**(3.600)**	**(3.385)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação/(Pagamento) dos Empréstimos	(16.413)	16.619	(29.786)	54.830
Debentures	-	-	28.099	-
Partes Relacionadas	15.633	(5.317)	(5.323)	6.372
Dividendos Pagos	(5.603)	(15.331)	(5.603)	(15.331)
Dividendos Recebidos	8.221	7.669	8.221	8.771
Caixa liquido gerado (aplicado) das atividades de financiamento	**1.838**	**3.640**	**(4.392)**	**54.642**
Aumento (redução) liquido do caixa e Equivalente de Caixa	**(42)**	**(870)**	**15.009**	**(22.793)**
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa				
Disponibilidades no inicio do período/exercício	463	1.333	9.131	31.924
Disponibilidades no final do perído/exercício	421	463	24.139	9.131
Aumento (redução) liquido do caixa e Equivalente de Caixa	**(42)**	**(870)**	**15.009**	**(22.793)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em: Em R$ Mil

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos/Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**45.910**	**20.410**	**9.181**	**35.312**	**41.512**	**-**	**152.325**
Resultado Abrangente Total							
. Lucro do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	24.657	**24.657**
. Ganhos cambiais sobre investimentos no exterior	**-**	**-**	**-**	**-**	2.541	**-**	**2.541**
. Ganhos cambiais sobre investimentos no exterior de controlada	**-**	**-**	**-**	**-**	1.142	**-**	**1.142**
. Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) de controlada	**-**	**-**	**-**	**-**	12.673	**-**	**12.673**
Mutações Internas do PL							
. Transferência para Reserva de Retenção de Lucros	**-**	**-**	**-**	24.657	**-**	(24.657)	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**45.910**	**20.410**	**9.181**	**59.969**	**57.868**	**-**	**193.338**
Ajuste de Exercícios Anetriores - Nota 2.5 (v)	-	-	-	(22.472)	(3.978)	**-**	**(26.450)**
Saldo de abertura ajustado em 1º de janeiro de 2022	**45.910**	**20.410**	**9.181**	**37.497**	**53.890**	**-**	**166.888**
Resultado Abrangente Total							
. Lucro do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	-	21.120	**21.120**
. Ganhos cambiais sobre investimentos no exterior	**-**	**-**	**-**	**-**	(2.387)	**-**	**(2.387)**
. Ganhos cambiais sobre investimentos no exterior de controlada	**-**	**-**	**-**	**-**	(1.079)	**-**	**(1.079)**
. Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custro Atribuído) de controlada	**-**	**-**	**-**	**-**	(1.519)	**-**	**(1.519)**
Mutações Internas do PL	**-**						
. Transferência para Reserva de Retenção de Lucros	**-**	**-**	**-**	21.120	**-**	(21.120)	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**45.910**	**20.410**	**9.181**	**58.617**	**48.905**	**-**	**183.023**

Consolidado

Descrição	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Passivo			
• Provisões	2.383	6.586	8.969
• Demais Contas do Passivo	504.694	-	504.694
• Patrimônio Liquido	193.338	(26.450)	166.888
Total do Passivo	**700.415**	**(18.864)**	**680.551**

Consolidado

Descrição	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Demonstração do Resultado			
• Resultado de Equivalência Patrimonial	23.452	(22.473)	979
• Demais Contas do Resultado	1.205	-	1.205
Lucro do Exercício	**24.657**	**(22.473)**	**2.184**

As demonstrações do Resultado Abrangente e do Fluxo de Caixa também estão sendo reapresentadas com os respectivos reflexos e ajustes das contas descritas acima.

3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas - 3.1 Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.2 Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos:* Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **3.3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 - (Valores em R$ Mil)

1 Contexto Operacional: A **Krasis Participações S.A.** (anteriormente **PPX Participações S.A.)** é uma sociedade por ações regida pelo seu estatuto e disposições da legislação societária vigente. A Companhia tem sede no município de São Paulo/SP e tem como objeto social a participação como acionista e/ou quotista no capital social de outras empresas/sociedades/entidades localizadas no Brasil e no exterior. **Efeitos da Guerra na Ucrânia:** A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, desencadeia uma série de considerações contábeis que afetam as demonstrações contábeis. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia. A situação, juntamente com as flutuações potenciais nos preços das commodities, taxas de câmbio, restrições às importações e exportações, disponibilidade de materiais e serviços locais e acesso a recursos locais afetarão diretamente as entidades que têm operações ou exposições significativas na Rússia, Bielorrússia ou Ucrânia. A Companhia não sofreu impacto relativos aos efeitos da guerra na Ucrânia.

2 Declaração de Conformidade, Base de Apresentação, Principais Práticas Contábeis e Outras Informações - 2.1 Base de preparação e apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas, sendo que as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. Não há em 31 de dezembro de 2022 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de outubro de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis das controladas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para a controlada localizada no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). **2.3 Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações contábeis da Controladora e Consolidado requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 3. **2.4 Critérios para elaboração dos Demonstrativos Contábeis Consolidados:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis das suas controladas diretas "PLANOVA Planejamento e Construções S.A.", "Planova Infraestrutura Eireli", "Dover Global Investiments", "Wyvern Participações Ltda.", "Wakanda Participações Ltda." e sua controlada indireta "Planova Energia e Engenharia Ltda." O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados, corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada com as eliminações dos saldos das contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias. **2.5 Principais práticas contábeis e outras informações:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **(a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **(b) Prestação de serviços de empreitada:** A receita de um contrato para prestação de serviços de empreitada é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado: As receitas de prestação de serviços decorrentes dos serviços de empreitada são reconhecidas por ocasião da medição do progresso físico das obras, independentemente de seu recebimento. As medições são realizadas por engenheiros devidamente habilitados. **(c) Acordos de controle em Conjunto:** De acordo com o CPC 19 (R2) (IFRS 11), os acordos de controle em conjunto são divididos em dois tipos, a saber: **• Operação conjunta:** é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados a esse acordo. **• Joint Venture:** é aquela por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos líquidos (ou seja, patrimônio líquido). **(d) Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros. **(e) Tributos:** *Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda de e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeira sem qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Impostos sobre vendas de serviços:* Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre os serviços prestados. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2 a 5,00%

Os serviços prestados são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas). **(f) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **(g) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os ativos financeiros são classificados como: (1) A valor justo por meio do resultado,(2) Empréstimos e recebíveis, (3) investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, (4) Derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, aplicações, e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Não há, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia, de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. ***Passivos financeiros* - Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **(h) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais do contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **(i) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(j) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as Controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na Controlada. As participações societárias nas Controladas serão demonstradas na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas Controladas. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. Ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. **(k) Propriedades para investimento:** A companhia adota como sua política contábil com relação a mensuração subsequente de para as principais propriedades para investimento, do método de custo para método do valor justo, com as alterações do valor justo reconhecidas no resultado, pois acredita que a mensuração subsequente usando o método do valor justo apresenta informações mais relevantes sobre a performance dos ativos, assiste os usuários a entender os riscos associados a estes ativos e é consistente com a prática da Companhia para esses ativos. **(l) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico e/ou atribuído, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quanto for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **(m) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **(n) Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **(o) Outros passivos circulante e não circulante:** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(p) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os tributos e contribuições diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. **(q) Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável

cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. • Contingencias tributárias – consistem em ações administrativas e judiciais envolvendo os tributos municipais e federais. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos. **15.1 Contingências perdas possíveis:** A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face a um eventual desfecho desfavorável à Companhia. A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. O montante dos processos, cujos riscos foram avaliados como possíveis, corresponde a R$ 378.192 mil, o qual apresentamos a seguir a composição por natureza: • Processos Trabalhistas/ Previdenciários – R$ 1.011 mil; • Processos Cíveis: - R$ 138.484 mil; • Processos tributários: R$ 238.697 mil; • Tais valores não foram provisionados em conformidade com as normas contábeis vigentes. **16 Patrimônio Líquido - 16.1 Capital Social:** O capital social integralizado é de R$ 45.910 mil (quarenta e cinco milhões e novecentos e dez mil reais) representado por 45.910.000 (quarenta e cinco milhões, novecentos e dez mil) ações ordinárias. As ações ordinárias da Companhia dão o direito a voto, sendo que, cada uma representa um voto na assembleia geral. **16.2 Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social. **16.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A Companhia decidiu atribuir novos valores aos bens do ativo imobilizado, em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade. O valor dessa mais-valia, foi registrado no ativo imobilizado e a contrapartida no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação patrimonial. Os tributos diferidos sobre essa mais valia foram reconhecidos no passivo não circulante, de acordo com as práticas contábeis vigentes.

17 Conciliação Entre a Receita Bruta e a Receita Liquida - Consolidado

Descrição	31.12.22	31.12.21
Receitas Brutas		
Receitas de Serviços	249.121	248.336
Receitas de Locação	15.778	10.435
Outras Receitas/Consórcios	120.609	61.515
Total das Receitas Brutas	**385.508**	**320.286**
Deduções das Receitas		
Tributos sobre a Receita (PIS, COFINS e ISS)	(18.127)	(10.333)
Cancelamentos		
Total das Deduções	**(18.127)**	**(10.333)**
Receita Líquida	**367.381**	**309.953**

18 Instrumentos Financeiros: A Companhia possui instrumentos financeiros cujos valores reconhecidos no balanço patrimonial, geralmente se aproxima ao valor de mercado, devido sua natureza e prazos de realização ou liquidação. **(a) Valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • O valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil. • O valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são: **Nível 1** – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; **Nível 2** – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos; e **Nível 3** – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **(b) Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir. Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, aplicações financeiras, empréstimos, debentures, CRI, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado. **b.1) Seleção de Riscos:** Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela companhia são os indexadores de mercado (CDI/ TJLP/IPCA/Selic). Não faz parte da estratégia da Companhia, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos. **19 Informações por Segmento:** O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente. Em função da concentração de suas atividades, não há, por parte da administração da Companhia, o gerenciamento e monitoramento de segmentos independentes. Assim, a Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, a administração concluiu que tem somente um único segmento passível de reporte. **20 Cobertura de Seguros:** No exercício de 2022, não houveram alterações significativas nas coberturas de seguros da Companhia. A Companhia mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, com base nas orientações de terceiros e a concentração de seus riscos. **21 Eventos Subsequentes:** No dia 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação conjuntamente com seus assessores jurídicos e não foi identificado nenhum caso, que tenha efeito significativo sobre suas operações.

Sergio Macedo Facchini - CPF: 298.449.168-87

Márcia Vieira Rodrigues - Contadora - CRC: SP-194330/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos sócios da **Krasis Participações S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Krasis Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada Krasis Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases - Clientes/contas a receber no ativo não circulante:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui créditos/valores a receber no ativo não circulante, relacionados a contratos de obras e retenções junto a órgãos/empresas públicas e privadas, no montante de R$ 96.137 mil. Deste montante, R$ 90.457 mil são oriundos de ações judiciais. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também com relação à expectativa de recebimento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Ênfase", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. • **Reconhecimento das Receitas de Prestação de Serviços de Construção (notas 2.5 (b) e 5):** Os serviços prestados de construção envolvem o acompanhamento dos controles dos estágios de conclusão dos mesmos, para apurar e registrar contabilmente as receitas e as despesas associadas aos respectivos contratos. Dessa forma, em virtude da relevância dos valores envolvidos, o julgamento utilizado para a determinação das estimativas usadas, que são base para o reconhecimento dos registros contábeis, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria. **Resposta da Auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos implantados pela administração da Companhia, com o objetivo de verificar se as informações relevantes dos contratos de construção foram adequadamente capturadas, processadas, aprovadas e registradas, dando ênfase também para o acompanhamento das medições preparadas formalmente e aprovadas junto aos clientes/agentes contratantes. Além disso, efetuamos os procedimentos de confirmação dos saldos com terceiros e análises dos documentos que suportam os registros contábeis, bem como avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações contábeis referentes. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas de prestação de serviços de construção são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo. • **Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (notas 2.5 (q) e 15):** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal de seus negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido a esse fato, e à complexidade e às incertezas relacionadas aos aspectos legais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas. **Resposta da Auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Obtivemos a lista de consultores legais que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, e analisamos a documentação e as respostas às cartas de confirmação. Para os valores mais significativos e/ou críticos, avaliamos as opiniões legais emitidas, para entendimento do mérito, a argumentação que orientou a Companhia sobre a classificação das perdas e a mensuração dos valores. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis descritas na nota explicativa nº 15. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e passivos e ativos contingentes registrados e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros Assuntos - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.5 (v), que às demonstrações contábeis apresentam retificação de erros, referente aos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, sendo que os mesmos foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis da administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis, do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 30 de outubro de 2023.

SAX AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - CRC 2SP 024845/O-2.

Alexandre Ralf Slavic - Contador - CRC 1SP207032/O-5.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B019-4CC0-3386-F8DC.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 06/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B019-4CC0-3386-F8DC.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B019-4CC0-3386-F8DC ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B019-4CC0-3386-F8DC

Hash do Documento

5502AAEA6E1C95464424CFCA5F4B54CC439E4B61AB646F0215886A98924D2B5C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 06/03/2024 00:02 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24